

Editorial

Dra. Odisséia Aparecida Paludo Fontana

Dra. Thaís Cristina Alves Costa

Mestranda: Daniele Paula Gava

Apresentação do dossiê “Estado, desenvolvimento e direito da inovação”

As transformações contemporâneas, impulsionadas pela inovação tecnológica, pela digitalização das relações sociais e econômicas e pela crescente complexidade dos arranjos institucionais, têm produzido novos desafios para a atuação do Estado e para a compreensão do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões. Nesse cenário, refletir sobre as relações entre Estado, direito e inovação torna-se fundamental para compreender não apenas as possibilidades abertas pelo avanço tecnológico, mas também as condições jurídicas, políticas, econômicas e sociais necessárias à construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

A inovação, compreendida em sentido amplo, não se limita à incorporação de novas tecnologias ou à transformação dos processos produtivos. Ela envolve também a reorganização de práticas institucionais, a formulação de políticas públicas, a criação de mecanismos de cooperação e o desenvolvimento de soluções capazes de responder às demandas sociais. Sob essa perspectiva, o Estado desempenha um papel central tanto na promoção de ambientes favoráveis à inovação quanto na regulação de seus impactos, especialmente quando estão em questão a proteção de direitos fundamentais, a redução das desigualdades e a promoção do desenvolvimento sustentável.

É nesse horizonte de reflexões que se insere o dossiê temático “Estado, desenvolvimento e direito da inovação”, publicado no volume 37, número 65 (2026), da Revista Grifos, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). A presente edição reúne dez artigos científicos que, a partir de diferentes abordagens teóricas, metodológicas e disciplinares, examinam as relações entre políticas públicas, governança, inovação e desenvolvimento. Os trabalhos contemplam questões relacionadas à regulação de tecnologias emergentes, à modernização de atividades profissionais, à gestão pública, ao financiamento de iniciativas socioeconômicas, à cooperação institucional, à educação e ao desenvolvimento territorial.



Ao reunir essas contribuições, o dossiê busca ampliar o debate sobre os instrumentos jurídicos e institucionais necessários à promoção de um desenvolvimento que não seja compreendido exclusivamente em termos de crescimento econômico, mas que incorpore dimensões sociais, territoriais, ambientais e humanas. Trata-se, portanto, de reconhecer que os processos de inovação produzem oportunidades, mas também desafios que exigem respostas públicas capazes de compatibilizar eficiência, responsabilidade institucional, justiça social e proteção de direitos.

O artigo que abre esta edição, intitulado “*Legaltechs*, Regulação e a Quarta Onda de Acesso à Justiça no Brasil”, de Paulo César Coutinho dos Santos, Francisco de Tarso Ribeiro Caselli e Eliciana Selvina Ferreira Mendes Vieira, examina o ambiente regulatório das tecnologias jurídicas no Brasil, considerando sua contribuição potencial para a ampliação do acesso à justiça. A partir de uma abordagem qualitativa e teórico-normativa, o estudo analisa instrumentos jurídicos e políticas públicas relacionados à inovação tecnológica, à proteção de dados e à responsabilidade profissional. A discussão concentra-se nos desafios de compatibilizar o desenvolvimento das *legaltechs* com a proteção dos direitos fundamentais, especialmente diante da crescente incorporação de soluções digitais aos serviços jurídicos. Os autores propõem diretrizes regulatórias orientadas pela proporcionalidade dos riscos, pela experimentação regulada e pela coordenação institucional, ressaltando a importância de uma governança capaz de estimular a inovação sem comprometer as garantias jurídicas. A contribuição do artigo situa-se, assim, no debate sobre o papel do Estado e do direito na construção de ambientes regulatórios adequados à transformação tecnológica e à democratização do acesso à justiça.

O segundo artigo, “Considerações sobre a Responsabilização do Setor Público quanto ao Crédito Agrícola e o Acesso à Informação”, de Lucas Gouveia, Graciella Corcioli e Jéssica Traguetto Silva, aborda a responsabilidade do poder público na formulação e implementação de políticas de financiamento agrícola, destacando a transparência e o acesso à informação como condições fundamentais para a promoção da equidade no meio rural. Por meio de um ensaio teórico, os autores discutem como a utilização de indicadores sociais, a inclusão digital e ferramentas tecnológicas, como **big data** e sistemas integrados, podem contribuir para o aprimoramento da governança pública e para a redução de desigualdades socioeconômicas e territoriais. O estudo evidencia a importância de mecanismos institucionais que permitam ampliar o alcance e a efetividade das políticas de crédito, especialmente para agricultores familiares. Nesse sentido, a inovação na gestão da informação é apresentada como um instrumento potencial para



fortalecer a responsabilidade estatal, democratizar o acesso aos recursos públicos e promover formas mais inclusivas de desenvolvimento rural.

Na sequência, o artigo “Inteligência Artificial e Automação na Contabilidade”, de Gabriel Vicente de Moraes, Jean Santos de Azevedo, Emilene Murer e Leandro Hupalo, investiga as transformações decorrentes da incorporação da inteligência artificial e de tecnologias de automação às atividades contábeis. Fundamentado em uma pesquisa exploratória e qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, o estudo examina como ferramentas relacionadas à Indústria 4.0, Processamento de Linguagem Natural, podem ampliar a eficiência, a precisão e a capacidade analítica dos processos contábeis. Os resultados indicam que essas tecnologias contribuem para a automação de tarefas repetitivas e para o fortalecimento de atividades estratégicas, ao mesmo tempo que exigem investimentos em infraestrutura, segurança da informação e qualificação profissional. Os autores destacam que a transformação tecnológica não implica necessariamente a substituição dos profissionais, mas a reconfiguração de suas atribuições e competências. O trabalho contribui, desse modo, para a compreensão dos desafios associados à inovação nos ambientes profissionais e à necessidade de adaptação institucional diante das novas possibilidades tecnológicas.

O artigo “Desenvolvimento Socioeconômico Municipal”, de César Gomes de Freitas, Rodrigo Duarte Soliani e Jandir Ferrera de Lima, examina as percepções de lideranças empresariais do Meio Oeste do Paraná acerca dos processos de desenvolvimento regional, especialmente diante da instalação de um grande frigorífico na região. A pesquisa utiliza entrevistas semiestruturadas e dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para analisar transformações socioeconômicas nos municípios de Palotina, Nova Aurora e Tupãssi. Os resultados indicam avanços diferenciados entre os municípios, evidenciando melhorias em áreas como educação, saúde e emprego, mas também limitações relacionadas a fatores políticos e institucionais. O estudo ressalta a importância da cooperação entre poder público, agentes econômicos e lideranças locais na construção de estratégias de desenvolvimento. Ao evidenciar que o crescimento econômico não se traduz automaticamente em desenvolvimento socioeconômico homogêneo, o artigo contribui para o debate sobre a necessidade de políticas públicas sensíveis às especificidades territoriais e às condições institucionais que favorecem o progresso regional.

No artigo “Empresário de Si no Serviço Público: Um Olhar para as Políticas de Gestão de Pessoas”, Clarissa Ferigollo e Marcio Silva Rodrigues investigam a influência da racionalidade



empresarial sobre as políticas de gestão de pessoas no serviço público, especialmente na área da educação. Fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental, o estudo analisa políticas formuladas por diferentes governos desde a década de 1990, buscando compreender como determinadas orientações institucionais contribuem para a constituição do servidor público segundo o ideal foucaultiano do *empresário de si*. Os resultados apontam para a permanência de valores associados à produtividade, ao autodesenvolvimento, à gestão individual do desempenho e à responsabilização dos trabalhadores, independentemente das mudanças governamentais. Ao problematizar a incorporação desses princípios à administração pública, o artigo amplia a reflexão sobre os limites e as implicações das transformações nos modelos de gestão estatal. Sua contribuição ao dossiê reside na análise crítica de processos de reorganização institucional que, embora frequentemente associados à modernização e à eficiência, também suscitam questões sobre as finalidades do serviço público e as condições de atuação de seus profissionais.

O sexto artigo, “Iniciativas de Captação de Recursos e Investimentos em Negócios de Impacto”, de Ana Flávia Oliveira, Cibele Roberta Sugahara, Samuel Carvalho De Benedicto e Denise Helena Lombardo Ferreira, investiga os instrumentos financeiros e as modalidades de investimento utilizados no setor de negócios de impacto. A partir de uma pesquisa bibliométrica sobre a produção científica publicada entre 2014 e 2023, os autores identificam características e tendências do financiamento de iniciativas que buscam conciliar retorno econômico e geração de benefícios socioambientais. Os resultados evidenciam a escassez de estudos nacionais sobre o tema e indicam que os instrumentos de financiamento variam principalmente entre investimentos de participação societária (*equity*) e modalidades de dívida. A pesquisa destaca, ainda, a importância da capacidade de mensuração e acompanhamento de indicadores financeiros, operacionais e socioambientais para a atração de investimentos. Nesse contexto, o artigo contribui para o debate sobre o papel dos mecanismos de financiamento e dos arranjos institucionais na consolidação de iniciativas inovadoras comprometidas com o desenvolvimento sustentável e com a produção de impactos sociais positivos.

O artigo “Plinia Cauliflora: A Operação Acolhida como Exemplo de Política Pública de Acolhimento Humanitário”, de Madson Carvalho, apresenta uma análise da atuação do Estado brasileiro diante da crise migratória venezuelana, tomando como referência a política pública de acolhimento humanitário denominada Operação Acolhida. A partir de perspectivas jurídicas jusnaturalistas e positivistas, o estudo examina os fundamentos do dever estatal de proteção humanitária, o reconhecimento jurídico da condição dos migrantes venezuelanos e a competência



da União na prestação dos serviços de acolhimento. O artigo também apresenta a estrutura operacional da política, organizada em torno dos eixos de ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização, destacando sua contribuição para a garantia da dignidade e da autonomia dos refugiados. Ao abordar os mecanismos jurídicos e institucionais de resposta a uma situação de crise humanitária, a pesquisa amplia o escopo das discussões do dossiê, evidenciando que a capacidade de inovação e adaptação das políticas públicas também se expressa na formulação de respostas estatais a desafios sociais complexos e na efetivação dos direitos humanos.

Na sequência, o artigo “Cooperação, Interdisciplinaridade e Formação Cidadã: Uma Análise da Cooperativa Escola Gotinha da Água no Município de Sinimbu/RS”, de Liziany Muller e Marco Aurélio da Silva, examina as relações entre cooperativismo, práticas educativas interdisciplinares e formação cidadã em uma experiência de cooperativismo escolar. A pesquisa, de natureza qualitativa e fundamentada no enfoque construtivo-interpretativo, utiliza entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo para compreender as experiências e percepções de estudantes, professores e parceiros institucionais. Os resultados demonstram que a articulação entre cooperação e interdisciplinaridade favorece a inovação pedagógica, fortalece os vínculos comunitários e contribui para a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente comprometidos. O estudo destaca o potencial do cooperativismo escolar para qualificar políticas educacionais e ampliar as possibilidades de participação democrática, especialmente em contextos rurais e socialmente vulnerabilizados. Ao compreender a educação como um espaço de construção de práticas inovadoras e capacidades coletivas, o artigo evidencia a importância da dimensão social e formativa para o desenvolvimento territorial.

O nono artigo, “Territorialização das Compras Públicas e Agricultura Familiar no PNAE em Renascença (2018–2024)”, de Joseane Pereira, analisa a implementação das compras públicas de alimentos provenientes da agricultura familiar no município de Renascença, Paraná, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Fundamentada em abordagens sobre desenvolvimento rural, economia solidária e governança territorial, a pesquisa utiliza metodologia quantiquantitativa, com análise documental de dados institucionais referentes ao período de 2018 a 2024. Os resultados apontam que o município superou consistentemente o percentual mínimo legal de aquisição de produtos da agricultura familiar, alcançando índices superiores a 90% nos anos recentes, além de registrar a diversificação dos alimentos adquiridos e o fortalecimento da participação de cooperativas. O estudo demonstra a relevância da articulação entre gestão pública, cooperativismo e produção local para a consolidação de mercados institucionais e para o



fortalecimento da agricultura familiar. A contribuição do artigo insere-se diretamente no debate sobre a utilização das compras públicas como instrumento estratégico de desenvolvimento territorial, evidenciando como mecanismos jurídicos e institucionais podem promover inclusão produtiva, soberania alimentar e dinamização das economias locais.

Por fim, o artigo “Entre Território, Formação Humana e Desenvolvimento Rural: A Pedagogia da Alternância na Consolidação da Educação do Campo no Vale do Rio Pardo (RS)”, de Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Liziany Muller e Marco Aurélio da Silva, investiga a contribuição da Pedagogia da Alternância para a consolidação da Educação do Campo e para o desenvolvimento territorial sustentável. Por meio de pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica crítica e análise documental, os autores interpretam essa abordagem pedagógica para além de sua dimensão metodológica, compreendendo-a como uma racionalidade epistemológica que articula conhecimento, território e formação humana. O estudo destaca a relevância da produção de saberes territorializados, do fortalecimento da agricultura familiar e da construção de capacidades coletivas de participação e cooperação. Nesse contexto, propõe a categoria de governança geoeeducativa territorial para compreender como práticas educativas podem fortalecer as capacidades das comunidades e promover formas democráticas de organização social. Ao enfatizar a articulação entre educação, autonomia e territorialidade, o artigo amplia a compreensão da inovação como um processo que envolve não apenas transformações tecnológicas, mas também a criação de práticas educativas e institucionais comprometidas com o desenvolvimento humano e social.

Os dez artigos reunidos nesta edição evidenciam a diversidade de perspectivas a partir das quais podem ser compreendidas as relações entre Estado, desenvolvimento e inovação. Embora abordem objetos de investigação distintos, os trabalhos convergem ao demonstrar que os processos de transformação econômica, tecnológica e institucional não podem ser dissociados das condições sociais, jurídicas e políticas nas quais se desenvolvem. As contribuições apresentadas permitem compreender que a inovação envolve tanto a criação de novas ferramentas e mecanismos de gestão quanto a revisão crítica de práticas existentes, a construção de formas de cooperação e o fortalecimento de instituições capazes de responder às necessidades coletivas.

Nesse sentido, os estudos também convidam à reflexão sobre uma questão fundamental: em que condições a inovação efetivamente contribui para o desenvolvimento e para a promoção da justiça social? A questão torna-se particularmente relevante quando se reconhece que os benefícios decorrentes das transformações tecnológicas e institucionais não são distribuídos de maneira



uniforme e que sua realização depende, em grande medida, de escolhas políticas, estruturas jurídicas e capacidades institucionais. Assim, mais do que acompanhar os processos de transformação, cabe ao Estado estabelecer condições para que seus resultados possam contribuir para a redução das desigualdades, a ampliação de direitos e a melhoria das condições de vida.

Ao contemplar temas que abrangem desde a regulação de tecnologias emergentes até as políticas de financiamento, a administração pública, o acolhimento humanitário, o cooperativismo e a educação territorial, este dossiê reafirma a importância de uma abordagem interdisciplinar do desenvolvimento. As pesquisas demonstram que o direito e as políticas públicas desempenham funções fundamentais não apenas na organização e regulação das atividades econômicas e sociais, mas também na orientação dos processos de inovação em direção a finalidades coletivas.

Com esta edição, a Revista Grifos reafirma seu compromisso com a produção e a disseminação de conhecimento científico crítico e socialmente relevante, contribuindo para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os desafios contemporâneos do desenvolvimento. Espera-se que as reflexões aqui reunidas estimulem novas investigações e diálogos entre diferentes áreas do conhecimento, agentes públicos, instituições e sociedade civil.

Por fim, convidamos os leitores a percorrerem as diferentes contribuições que compõem este dossiê, reconhecendo na pluralidade de abordagens uma oportunidade para aprofundar a compreensão das relações entre Estado, direito e inovação, bem como para refletir sobre os caminhos possíveis para a construção de um desenvolvimento mais justo, democrático, inclusivo e sustentável.

